

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O ESPAÇO PÚBLICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Urban space production and public space: some considerations

Producción de espacio urbano y espacio público: algunas consideraciones



Andria Carla Araújo da Silva LIMA – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGE), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Geografia (PPGE/UFRN). Licenciada e Bacharel em Geografia (UFRN). *ORCID* ID: <https://orcid.org/0000-0002-9144-7574> *CURRICULUM* *LATTES*: <http://lattes.cnpq.br/1368123392180629>
EMAIL: andria_carla@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo centra-se em uma breve discussão teórica sobre a produção do espaço urbano e o espaço público, no contexto da modernidade. Neste cenário, foram trazidas algumas contribuições referentes à teoria da produção do espaço, destacando a importância do espaço urbano. Além disso, devido à relevância e, ao mesmo tempo, complexidade do papel do espaço público na contemporaneidade, julgamos como salutar a construção de uma discussão a respeito, tendo em vista que o espaço público proporciona valiosos questionamentos relacionados à reprodução do espaço, bem como os processos de usos e apropriações das formas e dos conteúdos espaciais pelos grupos sociais, além dos conflitos que se inter-relacionam cotidianamente. Para o desenvolvimento do trabalho que segue, buscou-se o aparato teórico nas importantes análises desenvolvidas por alguns autores, como Carlos (2007, 2016); Castells (2009); Gomes (2014); Lefebvre (2006, 2008, 2010); Gottdiener (1997) e Serpa (2014). Além dos estudos e análises presentes nas obras citadas, buscou-se acrescentar apreciações que julgamos relevantes, referentes à discussão posta e baseada no referencial teórico utilizado, a fim de se contribuir para os estudos que prezam pela compreensão teórica acerca da produção do espaço urbano, bem como um entendimento sobre a concepção do espaço público, devido à sua complexidade e importância.

Palavras-chave: Produção do espaço. Espaço urbano. Espaço público.

Histórico do artigo

Recebido: 14 outubro, 2019

Aceito: 18 novembro, 2019

Publicado: 31 dezembro, 2019

ABSTRACT

This paper focuses on a brief theoretical discussion about the production of urban space and public space, in the context of modernity. In this scenario, some contributions were made regarding the theory of space production, highlighting the importance of urban space. In addition, due to the relevance and complexity of the role of public space in contemporary times, we consider it helpful to construct a discussion about it, given that public space provides valuable questions regarding the reproduction of space, as well as the processes of uses and appropriations of spatial forms and contents by social groups, as well as the conflicts that are interrelated on a daily basis. For the development of the work that follows, we sought the theoretical apparatus in the important analyzes developed by some authors, such as Carlos (2007, 2016); Castells (2009); Gomes (2014); Lefebvre (2006, 2008, 2010); Gottdiener (1997) and Serpa (2014). In addition to the studies and analysis present in the works cited, we sought to add appreciations that we consider relevant, referring to the discussion put and based on the theoretical framework used, in order to contribute to studies that value the theoretical understanding of the production of urban space, as well as an understanding of the design of public space, due to its complexity and importance.

Keywords: Space production. Urban space. Public place.

RESUMEN

Este artículo se centra en una breve discusión teórica sobre la producción del espacio urbano y el espacio público en el contexto de la modernidad. En este escenario, se hicieron algunas contribuciones con respecto a la teoría de la producción espacial, destacando la importancia del espacio urbano. Además, debido a la relevancia y complejidad del papel del espacio público en los tiempos contemporáneos, consideramos útil construir una discusión al respecto, dado que el espacio público proporciona preguntas valiosas sobre la reproducción del espacio, así como los procesos de usos y apropiaciones de formas y contenidos espaciales por grupos sociales, así como los conflictos que se interrelacionan a diario. Para el desarrollo del trabajo que sigue, buscamos el aparato teórico en los análisis importantes desarrollados por algunos autores, como Carlos (2007, 2016); Castells (2009); Gomes (2014); Lefebvre (2006, 2008, 2010); Gottdiener (1997) y Serpa (2014). Además de los estudios y análisis presentes en los trabajos citados, buscamos agregar apreciaciones que consideremos relevantes, en referencia a la discusión puesta y basada en el marco teórico utilizado, con el fin de contribuir a estudios que valoren la comprensión teórica sobre la producción del espacio urbano, así como una comprensión del diseño del espacio público, debido a su complejidad e importancia.

Palabras-clave: Producción espacial. Espacio urbano. Espacio publico.

1 INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado corresponde a uma breve discussão em torno das contribuições teóricas referentes à produção social do espaço urbano e o espaço público.

Além da Introdução, Considerações finais e Referências, o trabalho encontra-se dividido em quatro partes principais. A primeira delas, Abordagens sobre a teoria do espaço: Gottdiener, Castells e Lefebvre, apresenta uma discussão sobre a teoria do espaço, enfatizando a importância das contribuições marxistas, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, para a compreensão dos eventos e também avulta as diferentes

perspectivas de análise sobre o espaço, com destaque para as ideias de Castells e Lefebvre.

A segunda parte, as relações sociais em sua dimensão espacial, discute a indissociabilidade existente entre o espaço e a sociedade, unidos por uma relação dialética que indica a permanência da produção do espaço no processo de constituição da sociedade.

A terceira, em A produção do espaço urbano: algumas considerações, discute-se sobre o espaço urbano como produto social e em constante processo de reprodução. Além disso, busca-se entender o que seria o urbano, e sobre este, aponta-se para seu caráter centralizador de objetos, pessoas e relações.

Por último, O espaço público no contexto da pós-modernidade, traz uma abordagem teórico-conceitual sobre o espaço público, destacando sua relação com a produção do espaço urbano, e alguns elementos que compõem sua complexa trama.

2 ABORDAGENS SOBRE A TEORIA DO ESPAÇO: GOTTDIENER, CASTELLS E LEFEBVRE

No intuito de discutir a produção do espaço urbano e o espaço público, que é o mote desse artigo, entende-se que há uma relevância em compreender sobre a teoria do espaço. Quanto a esta, optou-se por uma abordagem teórica baseada nas ideias dos autores Gottdiener, Castells e Lefebvre, como aponta a presente seção.

Ao tratar sobre os paradigmas em torno da teoria do espaço, Gottdiener (1997) fala sobre o surgimento da análise marxista para explicar os importantes eventos urbanos que se deram a partir da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, acreditava-se que a análise marxista permeada pelo estruturalismo seria capaz de trazer uma melhor compreensão dos eventos, ao se comparar com as abordagens feitas através do marxismo ortodoxo.

Segundo Gottdiener (1997), nas décadas de 1950 e 1960 os marxistas ortodoxos se colocaram em oposição às ideias da Escola de Frankfurt, asseverando que esta havia transformado o marxismo em hegelianismo. Nas críticas que foram arroladas, afirmava-se que haviam introduzido um impulso humanista nas leis inexoráveis do marxismo, quando enfatizavam sobre a importância da individualidade da mente e sua autonomia na sociedade. As críticas que se deram eram influenciadas pelo estruturalismo, dizendo que através deste surgiu um marxismo anti-humanista e anti-historicista que não analisava os fenômenos sociais, de modo a ser dependente da condição comportamental do sujeito

individual. Essa abordagem estruturalista das ideias de Marx tinha grande influência dos estudos de Louis Althusser, embora seu pensamento tenha sido criticado por demais autores, como Lefebvre.

O estruturalismo de Althusser consistia em se alcançar um nível de compreensão científica, mediante a transformação do materialismo histórico numa teoria de organização social. E toda formação social era uma estrutura formada de sistemas econômicos, políticos e ideológicos (EPI), possuindo relativa autonomia (GOTTDIENER, 1997). Na perspectiva de análise do espaço urbano e sua produção social, surgiram autores com diferentes análises, onde destacamos Manuel Castells e Henri Lefebvre, no que tange sobre as distintas ideias acerca da teoria do espaço.

Na teoria do espaço discutida por Castells, a princípio o seu enfoque é o mesmo de Lefebvre, pois para aquele “o espaço é um produto material de uma dada formação social” (GOTTDIENER, 1997, p. 120). Essa ênfase estrutura a abordagem marxista do espaço. Na avaliação de Castells sobre a Escola de Chicago, esta era considerada inválida, mas ele afirmava que sua abordagem era dotada de uma ideia correta, pois considerava o espaço determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas.

Gottdiener (1997) alude que não era preciso abdicar do enfoque materialista, mas buscar o seu desenvolvimento por meio de uma visão marxista do materialismo da Escola de Chicago, e além disso, pela conceituação de diferentes fatores de organização social que se coadunam com as questões econômicas da sociedade.

Segundo Castells (2009, p. 193),

Analisar o espaço enquanto expressão da estrutura social resulta, conseqüentemente, em estudar sua modelagem pelos elementos do sistema econômico, do sistema político e do sistema ideológico, bem como pelas combinações e práticas sociais que decorrem dele.

Em suma, a resposta de Castells à teoria de Lefebvre é aplicar a estrutura EPI (economia, política e ideologia) não ao sistema social como um todo, como fez Althusser, mas a uma parte homóloga dele, o sistema urbano.

Para definir o urbano, Castells usa o elemento econômico, e na sua busca por um objeto urbano único de análise, ele baliza dois elementos fundamentais da estrutura econômica, que são os meios de produção e a força de trabalho. Deste modo, o urbano é uma unidade espacial da reprodução da força de trabalho, onde o ambiente construído se

dá por meio dos processos pelos quais o conjunto de estruturas econômicas, políticas e ideológicas se articulam com essa unidade espacial.

De modo geral, a concepção de Castells sobre a teoria do espaço é uma aplicação do enfoque de Althusser e uma explicação quanto à produção do ambiente construído. Além disso, também representa uma tentativa de trazer à tona o termo urbano, numa definição teórica de unidade espacial dentro do sistema estrutural que produz o ambiente construído.

Considerando a teoria do espaço, na perspectiva de Lefebvre, o espaço é considerado como uma natureza multifacetada, não podendo ser abreviado apenas a uma localização ou às relações sociais da posse de propriedade. Ainda sobre a concepção de Lefebvre sobre o espaço, Gottdiener (1997, p. 127) acrescenta:

O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Isto é, num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social). Essa ideia é fundamental para a noção de práxis de Lefebvre.

Na concepção de Lefebvre, o espaço possui uma multiplicidade de propriedades num plano estrutural, sendo igualmente meio de produção enquanto terra e parte das forças sociais de produção quanto espaço. As relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, como propriedade.

Segundo Lefebvre (2006), o espaço não pode ser entendido apenas como parte das forças de produção, pois ele constitui também um produto dessas mesmas relações. Para ele, além de haver um espaço de consumo, também há o consumo de espaço, ou este mesmo sendo um objeto de consumo.

Para Lefebvre, o espaço é socialmente produzido e historicamente determinado. Além disso, apresenta-se como produto e produtor, uma vez que o espaço intervém na própria produção. Para o autor, o espaço não pode ser concebido como passivo, vazio; e não apresentando qualquer outro sentido, a não ser o da possibilidade de ser trocado, consumido. E acrescenta:

[...] o espaço intervém na sua própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. (LEFEBVRE, 2006, p. 05).

No espaço se dão os processos de (re)produção das relações, e também as transformações quanto aos modos de produção da sociedade, tendo em vista que sem ela o espaço se torna algo inexistente. Assim, compreendemos que o espaço não é estático, mas sim dinâmico, e seu movimento é intrínseco à dinâmica da sociedade, pois é a própria quem produz seu espaço conforme sua realidade vivida.

Desse modo, se não é possível pensar o espaço sem considerar a atuação da sociedade, então é pertinente entender as relações sociais dentro de uma dimensão espacial, e assim, compreender a importância dessa indissociabilidade, que se apresenta na seção seguinte.

3 AS RELAÇÕES SOCIAIS EM SUA DIMENSÃO ESPACIAL

As relações sociais quando pensadas em sua dimensão espacial permitem compreender a espacialidade como algo inseparável da sociedade. Esta, ao produzir-se, o faz num dado espaço, como condição de sua existência, porém, por meio dessa ação, conseqüentemente ela também produz um espaço que lhe é próprio, tendo assim, uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo em diferentes escalas.

Segundo Carlos (2016), é salutar que se considere a reprodução da sociedade em sua totalidade, realizando-se através da produção/reprodução do espaço. A sociedade se apropria do mundo enquanto apropriação do espaço, num momento histórico definido. Assim, a reprodução perene do espaço se realiza como elemento fundamental da reprodução ininterrupta da vida.

Deste modo, manifesta-se uma prática social que é, e também se realiza espacialmente, o que leva a pensar na relação dialética sociedade/espaço, realizando-se um no outro e através do outro. Esse caminho indica a permanência da produção do espaço no processo de constituição da sociedade.

Do ponto de vista da Geografia, pensar essa relação dialética sociedade/espaço é um resultado positivo, pois indica o deslocamento do enfoque apenas da perspectiva da localização das atividades, fenômenos e grupos humanos, por exemplo, para uma investigação que prima pelo conteúdo das relações que os constituem enquanto tal, como movimento do processo de apropriação, produção e reprodução do espaço em seus conteúdos sociais. Isso não quer dizer que o conhecimento e identificação da localização em que se dão os fenômenos não sejam salutares, mas numa investigação geográfica deve-se ir além de apenas uma identificação e descrição de lugares, na busca de se

compreender os movimentos sociais e relações que se dão, para que se realize uma análise espacial.

De acordo com Carlos (2016), a produção do espaço permite concebê-lo como condição, meio e produto da reprodução da sociedade. O espaço mostra-se como condição para a produção e reprodução. Antes, a natureza assumia completamente a condição de realização da vida, através do que a mesma oferecia para a sobrevivência, por meio da caça e coleta, por exemplo; mas depois o espaço assume a condição de criação humana, onde o homem cria e recria o espaço mediante as suas necessidades. O espaço também é um meio de reprodução, e como tal, não pode ser separado das forças produtivas, ou da divisão social do trabalho, ou mesmo do Estado, havendo uma forte atuação do modo de produção vigente. O espaço é produto, ele é o trabalho materializado resultante da história da humanidade. Carlos (2016) enfatiza:

O ato de produção da vida é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação. Nesse raciocínio, afirma-se o espaço como condição, meio e produto da reprodução social: produto resultante da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico e em cada momento da história, em função das estratégias e virtualidades contidas em cada sociedade (Id., p. 63).

As relações sociais se concretizam numa ligação indissociável entre o espaço e o tempo, como uma prática socioespacial, concretizando a existência humana, em constante movimento.

A partir do momento em que se opta por analisar uma dada realidade através da compreensão da produção do espaço, deve-se entender que esta é uma opção teórico-metodológica de entendimento do mundo. Quanto a esta, o pensamento marxista reivindica a importância de ir além do mundo abstrato das ideias, articulando a teoria e a prática de forma indissociável. Nessa perspectiva, o conhecimento deve estar em constituição, tendo em vista que este se dá sobre uma realidade que está em constante transformação, obrigando o pesquisador a estar sempre revendo suas ideias e indagações.

Para Marx, “a produção como categoria central de análise abre a perspectiva de desvendar, antes de tudo, a vida humana”. (CARLOS, 2016. p. 55). A noção de produção vai além da ideia de mercadoria ou objeto, mas refere-se ao próprio processo constitutivo da humanidade e apresenta um caráter histórico. E conforme cada momento histórico, o espaço será produzido de uma maneira diferente, devido as diferentes características que se dão ao longo do tempo.

O espaço abarca as necessidades e os desejos que marcam a reprodução da sociedade. A realização da vida para além da sobrevivência.

4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para Carlos (2007), o espaço surge enquanto nível determinante capaz de esclarecer o vivido, na medida em que a própria sociedade o produz, e nesta condição apropria-se dele e domina-o. A autora ainda acrescenta: “na análise geográfica, o tempo se revela no modo de apropriação do espaço, através do uso do espaço como condição de realização da vida humana”. (Id., p. 55). A ação humana deve ser compreendida como obra continuada onde os diferentes usos do espaço se justapõem na construção do espaço urbano:

O espaço urbano como produto social, em constante processo de reprodução, nos obriga a pensar a ação humana enquanto obra continuada, ação reprodutora que se refere aos usos do espaço onde tempos se sucedem e se justapõe montando um mosaico que lhe dá forma e impõe característica a cada momento (CARLOS 2007, p. 56).

Ao se tratar também do mundo contemporâneo, a análise do espaço se coloca como algo indispensável à sua compreensão. Segundo Carlos (2016, p. 58):

A noção de produção na perspectiva analisada por Marx e Lefebvre, permite reconstituir o movimento do conhecimento geográfico, a partir da materialidade incontestável do espaço, para buscar os conteúdos mais profundos da realidade social em direção à descoberta dos sujeitos e suas obras.

De acordo com a autora, debater a produção do espaço urbano nos dias de hoje pressupõe a inserção na lógica da produção capitalista que, inevitavelmente, transforma toda a produção em mercadoria. Pode-se observar que a noção de produção está vinculada à produção do homem, às suas condições de vida na sociedade, ou seja, à reprodução das relações sociais que acontecem em tempo e lugar determinados e em escalas diversas.

O espaço se manifesta de forma desigual e contraditória. Isto é produto dos distintos elementos e relações que podem se dar no mesmo. Levando em consideração o contexto econômico atual, juntamente com o processo globalizante, o resultado obtido é a forte diferenciação espacial das localidades.

O homem é considerado um ser social, que possui a capacidade de modificar o espaço, tornando-o um produto em constante processo de reprodução. Assim, conhecer como se dá o processo de produção é algo imprescindível para a compreensão do próprio

espaço e sua dinamicidade; e as discussões sobre a produção do espaço têm adquirido grande relevância nas ciências sociais.

No espaço se dão os processos de (re)produção das relações, e também as transformações quanto aos modos de produção da sociedade, tendo em vista que sem ela o espaço se torna algo inexistente. Assim, compreende-se que o espaço não é estático, mas sim dinâmico, e seu movimento é intrínseco à dinâmica da sociedade, pois é a própria quem produz seu espaço conforme sua realidade vivida.

Deste modo, a teoria de produção do espaço se firma nos debates contemporâneos das ciências sociais, se consolidando enquanto importante referencial para os estudos urbanos. Sua construção teórica acerca da produção do espaço apresenta uma forte influência de teor marxista que centraliza na discussão de produção um embasamento bastante positivo.

Ao se estudar os interesses, modificações, e relações sociais alinhados ao processo de produção do espaço, precisa-se destacar essa indissociabilidade claramente percebida ao se analisar a cidade e, principalmente, o caráter urbano que a mesma possui, como aponta Carlos (2007, p. 20 e 21):

A análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam em um território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática sócio-espacial. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida. O homem se apropria do mundo através da apropriação de um espaço-tempo determinado, que é aquele da sua reprodução na sociedade.

Conforme aponta Carlos (2007), o homem apropria-se do mundo, possibilitando a reprodução das suas relações sociais, que passam a se materializar num território concreto, e esse trabalho materializado se constitui na cidade, que é uma realização humana. A produção social do espaço urbano também é repleta e contida de modelos de comportamento, sistema de valores, de tal modo que é fixada uma efetivação das relações entre os membros da sociedade. Assim, o espaço urbano pode ser compreendido como produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais.

A dinâmica econômica fortemente presente nas sociedades é umas das responsáveis pelo processo de reprodução do trabalho presenciado no espaço urbano. As atividades que se dão no espaço urbano pertencem ao modo de produção capitalista, por

meio da concentração da força de trabalho e dos meios de produção. A dinâmica do espaço urbano nunca se finda, e sim, se reproduz sem interrupção. Está em permanente processo de transformação, no ritmo da evolução das sociedades.

As questões ligadas ao espaço têm recebido maior atenção, e isto está relacionado aos processos combinados de urbanização e globalização. Assim, essas novas configurações espaço-temporais que determinam o nosso mundo necessitam de novos conceitos referentes ao espaço correspondentes às condições sociais contemporâneas. Assim, a teoria da produção do espaço desenvolvida por Lefebvre (2016) mostra-se atraente neste contexto, onde sua importância está, especialmente, no fato de que ela integra as noções de cidade, urbano e espaço em uma abrangente teoria social, possibilitando a compreensão e a análise dos processos espaciais em diferentes níveis.

Tais processos espaciais materializam formas criadas sob uma lógica urbana com inspiração capitalista, instituindo um espaço social em um constante processo de produção prático e simbólico. Essa produção se realiza no campo da vida, deixando suas marcas no espaço como expressão de sua totalidade atual.

Para Lefebvre (2008), o essencial do fenômeno urbano está na centralidade. Porém, esta é considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça. A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, pois ela exige um conteúdo. E acrescenta:

Se a cidade sempre se oferece a si própria como espetáculo, do alto de um terraço, de um campanário, de uma colina, de um lugar privilegiado (de um lugar elevado que é o alhures onde se revela o urbano), não é porque o espectador percebe um quadro exterior à realidade, mas sim porque o olhar reúne. Ele é a própria forma do urbano, revelada. (p. 108).

O essencial do urbano seria a centralidade, a reunião, centralização econômica e de poderes em oposição ao isolamento da vida camponesa.

A cidade atrai os elementos oriundos da natureza e do trabalho, centralizando tudo por meio das relações. A cidade cria a situação urbana, onde as coisas diferentes advêm umas das outras, não existindo separadamente. O urbano reúne todas as diferenças, representa o encontro, a simultaneidade e o cumulativo de todos os conteúdos, os mais diversos (coisas, objetos, pessoas, situações) (LEFEBVRE, 2008).

Para Lefebvre (2010), o tecido urbano não se limita à sua morfologia, ele também é um modo de viver; que é a sociedade urbana. Ele é totalizante, de forma que o modo de vida não se restringe aos muros das cidades. Por meio do tecido urbano, a sociedade e a

vida urbana penetram nos campos, alterando a antiga vida camponesa, através de “sistemas de objetos e sistemas de valores” (LEFEBVRE, 2010, p. 19). Segundo o autor, os objetos são a água, a eletricidade, o gás, o carro, televisão, utensílios de plástico, mobiliário moderno, os serviços que acompanham as novas exigências. Os valores são os lazeres urbanos (danças, canções), os costumes, as rápidas adoções das modas urbanas. Preocupações com segurança, com o futuro e as suas exigências.

Segundo Lefebvre (2010), mesmo entre as malhas do tecido urbano persistem ilhas de ruralidade de caráter puro, geralmente povoados por camponeses envelhecidos e mal adaptados. No entanto, a oposição cidade-campo diminui sua intensidade, embora ainda estivesse longe de desaparecer, já que é fruto da divisão social do trabalho. Um elemento que chama a atenção quando se observa o espaço urbano e a cidade é a sua heterogeneidade. Essa heterogeneidade é resultado do uso diferenciado do solo urbano, onde este se produz e se reproduz de maneira desigual e contraditória, sendo a expressão e resultado das desigualdades sociais existentes.

No âmago das relações espaciais se consubstanciam articulações que são pouco visíveis. Os indivíduos, nas suas atividades cotidianas, podem não se dar conta, mas participam de uma realidade espacial.

Nos movimentos e interações que se dão na cidade, pode não haver uma compreensão para a sociedade de como as relações se estabelecem, sobretudo pelo fato de na cidade capitalista essas ligações serem muito complexas, pois envolvem as decisões e os investimentos de capital, o poder do Estado e a ideologia. Estas relações espaciais são de natureza social, resultante da sociedade e seus processos. Deste modo, o espaço urbano é produto das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, apresentando-se como um reflexo social extremamente desigual, onde esta desigualdade é uma característica própria do espaço urbano capitalista.

5 O ESPAÇO PÚBLICO NO CONTEXTO DA PÓS-MODERNIDADE

Dentro da perspectiva do significado e importância do espaço urbano, o espaço público também pode ser analisado como um produto e um possibilitador das relações sociais, como aponta Sobarzo (2006). O espaço público propicia questionamentos sobre a reprodução do espaço, conflitos que se inter-relacionam cotidianamente, bem como os processos de usos e apropriações das formas e dos conteúdos espaciais pelos grupos sociais.

Em função da complexidade do espaço público, composto de atributos físicos e materiais, Serpa (2014), afirma que discutir o seu papel, na cidade contemporânea, constitui-se em um desafio, não somente para a Geografia, mas também para as outras ciências. O autor acrescenta que não se pode separar forma e conteúdo quando se estuda o espaço público. Para Serpa (2014), a noção de cidadania e da ação política são necessárias na abordagem do espaço público, assim como da acessibilidade. Para ele, a acessibilidade está estreitamente vinculada à demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstrata) à concretude física dos espaços públicos. O autor acrescenta:

Se for certo que o adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo. Afinal, que qualidades norteiam a apropriação social do espaço público na cidade contemporânea? Como explicar a apropriação seletiva e diferenciada de espaços, que, em tese seriam – ou deveriam ser – acessíveis a todos? (SERPA, 2014, p. 16).

Ao falar sobre a materialidade do espaço público, Gomes (2014) afirma que:

Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço onde não haja obstáculo à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. Essa condição deve ser uma norma respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as regras do convívio e do debate devem ser absolutamente respeitadas (Id., p. 162).

Deve-se levar em consideração que o espaço público é também lugar de conflitos, da manifestação da problematização da vida social. De um lado, ele é o campo onde há debates e diálogos; por outro, é onde se inscreve e se reconhece o interesse público em relação a determinadas dinâmicas e transformações sociais.

No trajeto cursado pelos espaços públicos até adquirirem o atual arranjo, segundo Habermas (2003), paulatinamente a esfera privada avivou sua presença nestes espaços, determinando estruturas, regras e maneiras de se consumir. Destarte, o setor privado, passou a oferecer uma infinidade de serviços nos espaços públicos, tornando-se um cenário oportuno para o comércio. Para Oliveira e Fernandes (2011, p. 46): “A esfera pública, entendida como espaço de disputas discursivas e argumentativas, cedeu espaço ao modelo determinado pelo mercado, ou seja, um modelo imposto pela esfera privada”.

Atualmente, os espaços públicos são caracterizados por objetos e ações que esbarram na concepção de espaço pertencente e acessível a todos, onde as pessoas deveriam ter o total direito de agir em liberdade (ARENDRT, 2010). As funções dos espaços públicos foram ressignificadas, passando a apresentar elementos que fogem à compreensão dos mesmos, ao analisar o seu sentido de origem, que seria o de espaço de todos, segundo Arendt (2010). Deste modo, o que se conclui é que os tradicionais espaços públicos, como ruas, calçadas, praias, passaram a apresentar características próprias dos espaços privados de outrora. Dentro da perspectiva socioespacial que leva em consideração a dinamicidade do espaço, no processo de produção dos espaços públicos passa a correr mudanças no que se refere à forma e conteúdo do espaço, provenientes da prática social.

De acordo com Oliveira (2007), estamos atualmente não apenas numa crise urbana, mas também vivendo uma crise ética e moral que se expressa por meio de conflitos que envolvem a cidade, no que se refere o uso de seu espaço e seus territórios. O autor também faz uma interessante análise sobre o significado que o cidadão adquiriu:

Nesse quadro, confunde-se o cidadão com o consumidor, o cliente, o usuário de bens e serviços em geral. O mercado transforma direitos em serviços, deveres cívicos em serviços de proteção ao crédito e códigos de consumidores, criando necessidades e determinando possibilidades. (OLIVEIRA, 2007, p. 174).

Diante dessa abordagem, o chamado cidadão só o será, de fato, caso possa participar da cidade na condição de consumidor e usuário desta. Essa perspectiva mostra a significação da cidadania no contexto atual da modernidade, pois de acordo com Gomes (2014), a cidadania não é uma característica permanente na história das sociedades, onde em cada momento, se define de maneira diversa, e cada forma concreta se reveste de manifestações próprias.

Para Gomes (2014) no conceito de cidadão existe uma matriz territorial, ou seja, a ideia de cidadania possui um componente espacial, em sua base. Segundo o autor, o poder cidadão surgiu a partir do confronto dos habitantes concentrados na cidade de Atenas, contra o poder de uma oligarquia rural, que controlava o poder político e da riqueza dessa sociedade. Na Grécia, a valorização da cidadania se constituía na luta pela reorganização do poder travada contra os *genos* e as *fatrias* e suas formas de solidariedade, baseadas em laços de consanguinidade. Para o autor: “[...] a democracia e a cidadania surgem a partir de uma reorganização do território” (GOMES, 2014, p. 134).

Ao justificar os estudos referentes à cidadania, numa perspectiva de objeto de pesquisas geográficas, Gomes (2014) evidencia a noção de território e seus atributos, enfatizando que na dinâmica social, a disposição das práticas sociais no território e seus limites de ação são partes constituintes de uma ordem espacial.

Outra abordagem interessante trazida por Gomes (2014) é sobre o que ele chama de “recoo da cidadania”, onde se subverte a ideia de cidadania, na forma como ela é classicamente definida. Dentre os processos identificados pelo autor como responsáveis por esse processo de recoo, destacamos o que ele chamou de: a apropriação privada dos espaços comuns, explicitado da seguinte forma:

Trata-se de um processo muito amplo, complexo e com manifestações e aspectos bastante variados. De fato, sua magnitude pode compreender desde uma simples ocupação na calçada até o fechamento de ruas ou de bairros inteiros. Sua manifestação pode ocorrer por meio de estruturas físicas fixas, mas também pode ser uma ocupação veiculada por instrumentos bem mais sutis e simbólicos (GOMES, 2014, p. 176).

Para o autor citado, um primeiro elemento fundamental nessa dinâmica é o enorme crescimento do chamado setor informal da econômica, como camelôs, guardadores de carros, transportadores, prestadores de pequenos serviços, etc. Segundo ele, esse chamado setor informal se desenvolve, geralmente, nos locais públicos de grande circulação ou valorização comercial, explorando atividades em áreas que deveriam ser de livre acesso de todos. Gomes (2014, p. 177) ainda acrescenta: “O livre acesso pressupõe a não-exclusividade de ninguém ou de nenhum uso diferente daqueles que são os de interesse comum. Na prática, no entanto, o que ocorre é uma apropriação desses espaços”. Deste modo, a dimensão do homem público se estreita, restringindo-se à de um mero passante ou no máximo se limitando à de um eventual consumidor (GOMES, 2014).

Santos (2014, p. 64) enfatiza que o direito aos espaços públicos foi privatizado: “E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc.) foram impunemente privatizados”. Para o autor, o lazer na cidade torna-se pago, o que insere a população no mundo do consumo. Além disso, ele ainda afirma que “A lei é a do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas, e não a lei que assegura o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno” (SANTOS, 2014, p. 63 e 64).

Destarte, percebe-se que, na composição urbana da cidade, a influência da lógica segregadora inserida e reafirmada, ao longo do tempo, por parte dos poderes hegemônicos

tem grande peso também sobre os espaços públicos, uma vez que são capazes de transformar, inclusive, suas formas e conteúdos.

Assim, considerando a relevância do espaço urbano e as relações sociais que o permeiam, discutir sobre o espaço público permite que se coloque em relevo questões sobre a reprodução do espaço urbano, bem como os seus processos, formas e conteúdos que surgem a partir dos diferentes grupos sociais envolvidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a compreensão da produção do espaço urbano deve-se considerar a importância de se entender também sobre o espaço, sua produção e o urbano, onde estes três estão intimamente intrínsecos à sociedade e sua dinâmica ininterrupta.

Sem sociedade e as suas relações não há espaço e muito menos produção do mesmo, a fim de que este dê continuidade à sua existência. Sem estes, o urbano não poderia ser produzido e continuamente reproduzido, que é a realidade que vemos e vivenciamos no nosso cotidiano, a do espaço urbano. E na trama complexa que compõe este último, destacamos a importância de se discutir sobre o espaço público, por ser algo tão vivo e complexo, nesse contexto.

Embora outros campos de estudos científicos, como a Sociologia, Política, Economia e Filosofia investiguem e levantem questionamentos referentes ao público, ao privado, e ao urbano; o campo científico da ciência geográfica enriquece esse debate, pelo fato de procurar compreender a ordem espacial das coisas, propiciando uma análise da produção do espaço urbano tramada entre o público, o privado e a cidadania, no contexto da modernidade. Assim, a Geografia pode contribuir bastante para a produção de um conhecimento voltado para a construção de uma teoria da prática socioespacial que se realiza na cidade, expressando o desafio de desvendar a realidade urbana, tendo em vista que esta última nos coloca diante de problemas cada vez mais complexos.

As breves análises aqui desenvolvidas, juntamente com o auxílio do referencial teórico apresentado não têm a pretensão de se encerrar, tendo em vista que acreditamos que as abordagens referentes às perspectivas sociais nunca se esgotam, mas ao contrário, estas sempre trarão novos conteúdos, tendo em vista que a própria sociedade continuamente se transforma.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de e SPOSITO, M. E. B. **A Produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016.

CASTELLS. M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GOMES, P. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006

LEFEBVRE, H. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2010.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1997.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

OLIVEIRA, L. A. de; FERNANDES, A. B. Espaço público, política e ação comunicativa a partir da concepção habermasiana. **Revista Estudos Filosóficos**, São João Del-rei – MG: DFIME – UFSJ, p.116-130, jun. 2011. ISSN 2177-2967. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art8_rev6.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

OLIVEIRA, M. P. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania. In: Santos, Milton et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da USP, 2014.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2014.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP**: Espaço e Tempo, São Paulo, n. 19, p. 93 – 111, 2006.
